

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

AO

Ilmo.Pregoeiro,

Referente ao recurso o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022 – Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE BA

MIDNAL SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. (VENCEDORA), inscrita sob o CNPJ Nº 17.879.226/0001-07 , já qualificada nos autos do Processo licitatório em epígrafe, neste ato conduzida por seu legal representante infra-assinado, vem, respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Senhoria, dentro do prazo legal, apresentar as presentes.

#### CONTRARRAZÕES

ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela Empresa, EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI, pelos fatos e fundamentos a seguir:

#### I.- DA TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, cabe destacar que nos termos do inciso XVII do art.4º da Lei 10.520/2002, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias e em igual prazo os demais licitantes tem para apresentar suas contrarrazões.

#### II.- DOS FATOS.

A empresa MIDNAL INOVACAO E GESTAO, credenciou-se no procedimento licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022 – Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE BA, o qual objetiva a Contratação de serviço de consultoria em segurança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para implantação de um Sistema de Gestão da Segurança da Informação e Privacidade (SGSI/SGPI) no TRE-BA, em conformidade com as normas ISO 27.001:2013 e 27.701:2019, na modalidade Pregão Eletrônico, por menor preço, e modo de disputa aberto e fechado, com demais particularidades especificadas naquele Edital.

Tal certame atendeu às Condições Gerais constantes naquele Edital, pelo critério de julgamento de menor preço do item, sob regime de empreitada, ou seja, a obtenção do somatório dos preços unitários do grupo que venha a ser mais vantajoso para esse Órgão.

Desta forma, após realizados os procedimentos de praxe, a MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO consagrou-se VENCEDORA por ordem de menor preço ofertado e por ter cumprido com as disposições do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022, nesse contexto, frise-se: foi declarada vencedora com o valor global de R\$ 99.199,99 (noventa e nove mil cento e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Contudo, a Empresa EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI, inconformada com a legítima vitória da MIDNAL INOVACAO E GESTAO, interpôs Recurso Administrativo, ora contrarrazoado, alegando que foram descumpridos os requisitos do Edital de Licitação quanto a inexecuibilidade dos preços ofertados, qualificação técnica e aos atestados em desconformidade com o edital.

No entanto, adianta-se já aqui que a Recorrente não apresenta qualquer fundamento fático-jurídico apto a ensejar a reforma da acertada decisão, que se fundamentou, diga-se de passagem, no sofisticado parecer desta comissão e seus componentes.

Douto Julgador são infundadas as colocações da empresa EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI, em razão dos motivos expostos a seguir, para ao final requerer.

#### III.- DAS RAZÕES DA MANUTENÇÃO DA DECISÃO DO SR. PREGOEIRO.

##### III.I – DA SUPOSTA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA.

A EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI está inconformada com o resultado da sessão de lances e busca a desclassificação da proposta mais vantajosa para esta autoridade. Apresentou alegações absurdas, tentando induzir a erro o i.Pregoeiro, ensejando a inexecuibilidade da proposta comercial a declarada vencedora MIDNAL INOVACAO E GESTAO. Um julgamento demasiadamente formalista e desconsiderador dos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios, visando seu próprio interesse.

E mais, as razões do recurso, de modo confuso, alegam que os preços são insuficientes, por óbvio, que a interpretação adotada pela empresa EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI trará maiores despesas ao erário e até mesmo, com a possibilidade de se sagrar vencedora com proposta de prestação de serviços com valor superior àquele oferecido pela empresa MIDNAL INOVACAO E GESTAO, em clara e direta ofensa ao interesse mor do processo licitatório, que é a busca pela obtenção da maior vantagem para a Administração.

Com relação as alegações acima aduzidas, data venia, sugerimos a EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI que analise os seus custos, pois a MIDNAL INOVACAO E GESTAO está inteirada de suas obrigações, quanto aos serviços a serem fornecidos, e a serem prestados.

Frise-se que a MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO, já comprovou a exequibilidade da proposta comercial e os esclarecimentos complementares, conforme abaixo:

Cabe destacar, que logo obteve-se o sucesso com a exequibilidade da proposta, importa saber, evidentemente, que a Declarada vencedora MIDNAL INOVACAO E GESTAO, tem condições de manter a execução do contrato com os preços oferecidos.

Ademais, a MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO percebe que outra empresa: NETWORK SECURE, obtém contrarrazões TOTALMENTE PROCEDENTES em outros certames cujo a EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI tenta recursos com fundamentos similares, entretanto com suas sentenças IMPROCEDENTES, tais como:

I. MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA – SECRETARIA EXECUTIVA (PE 02/2022 Processo Administrativo Nº 50000.012279/2021-85) item 04 com Global de R\$ 73.750,00 (setenta e três mil e setecentos e cinquenta reais)

II. BACEN (PE DEMAP nº 67/2021 Processo nº: 187529) com Global de R\$ 4.695.000,00 (quatro milhões, seiscentos e noventa e cinco mil reais.).

III. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (PE SRP Nº 007/2022) com Global de R\$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais).

Tem-se, pois que o serviço oferecido pela MIDNAL INOVACAO E GESTAO foram detalhados exatamente conforme pede o Edital que seja, em suas especificações e por fim sua aceitabilidade digo:

10.1. Encerrada etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação).

Note-se que a própria §3º do art. 44 da Lei 8.666/1993 prescreve que “Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero; incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.” (grifo nosso).

Conforme Marçal Justen Filho manifesta-se que:

“A desclassificação por inexecuibilidade apenas pode ser admitida como exceção, em hipóteses muito restritas. O núcleo da concepção ora adotada reside na impossibilidade de o Estado transformar-se em fiscal da lucratividade privada e na plena admissibilidade de propostas deficitárias”. Ainda, ao apresentar argumentos contrários à desclassificação por inexecuibilidade, o autor descreve a distinção entre inexecuibilidade absoluta (subjettiva) e relativa (objetiva):

A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa é uma decisão empresarial privada. Não cabe à Administração a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada. Sob esse ângulo, chega a ser paradoxal a recusa da Administração em receber proposta excessivamente vantajosa (...).

Mais à frente, referindo-se à responsabilidade do particular pela proposta apresentada, o autor leciona que:

(...) Mais ainda, um particular plenamente capaz pode dispor de seus bens, inclusive para lançar-se em empreitadas econômicas duvidosas. Poderá assumir riscos, de que derivarão prejuízos. Não é cabível que o Estado assumia, ao longo da licitação, uma função similar à de curatela dos licitantes. Se um particular comprometer excessivamente seu patrimônio, deverá arcar como insucesso correspondente (...)

1 JUSTEN Filho, Marçal. Comentários sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª. ed., São Paulo: Dialética, 2008. p. 601/602.

Neste mesmo sentido, trazem-se à colação os seguintes precedentes jurisprudenciais:

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LICITAÇÃO. INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA. INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS. IMORALIDADE ADMINISTRATIVA. IMPROCEDÊNCIA 1. A aferição da exequibilidade de preço ofertado em licitação pública (Lei nº 8.666/93, art. 44, § 3º) deve ser avaliada à luz das circunstâncias concretas da contratação. Interpretação e aplicação restritiva que se impõem, em respeito à liberdade de iniciativa e de organização da atividade empresarial por parte do licitante. 2. A interpretação do art. 109, § 4º, da Lei de Licitações deve ser no sentido de validar a conduta da autoridade superior que, ao apreciar decisão de retratação de Comissão de Licitação, justificadamente entenda pela adjudicação do objeto do certame ao licitante que se sagrara vencedor, afastando a desclassificação decretada na origem. 3. Inocorrência de favorecimento de licitante, bem como ausente comprovação de prática de imoralidade administrativa. 4. Recurso a que se nega provimento (TRF-2 - AC: 267727 RJ 2001.02.01.024106-1, Relator: Desembargador Federal LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator, Data de Julgamento: 17/09/2008, SÉTIMA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data:25/09/2008 - Página:271) (grifos nossos)

MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – SUPOSTA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA VITORIOSA – EXECUÇÃO INTEGRAL DO CONTRATO LICITADO. - Se a licitante vitoriosa cumpriu integralmente o contrato objeto de licitação, afasta-se logicamente a imputação de que sua proposta era inexecuível. (STJ - RMS: 11044 RJ 1999/0069163-6, Relator: Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Data de Julgamento: 13/03/2001, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 04/06/2001 p. 61 JBCC vol. 192 p. 134) (grifos nossos)

Sendo assim, não há qualquer fundamento para a desclassificação da Declarada Vencedora MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO, uma vez que os preços praticados na proposta ajustada são perfeitamente adequados e exequíveis, além de que foram diligenciados e aprovados, compatibilizando-se com os custos da prestação do serviço e o volume do objeto a ser contratado, conforme estimados no ato convocatório, e uma vez que não há critério que tenha sido estabelecido no edital deste pregão que fundamente o recurso da EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI.

É forçosa o despreparo do recorrente, ante todo o exposto, a rejeição do recurso de caráter meramente protelatório e conturbador, apresentado pela Recorrente EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI, que se demonstra mero artifício para frustrar o resultado legítimo do processo licitatório.

Ainda mais além, a Declarada Vencedora MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO executará com maestria o presente objeto da licitação e em conformidade com as especificações do edital, termo de referência, ou seja, executará da melhor forma o objeto que essa autoridade, solicitou no instrumento convocatório

Diante do exposto, a proposta da MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO deve ser mantida como legítima vencedora do Certame.

### III.II – DA SUPOSTA AFRONTA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS ATESTADOS.

Nota-se, infelizmente, que a Recorrente EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI, de forma maliciosa e inconformada com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, tentando induzir a erro o i.Pregoeiro, afirma exigências que não estão previstas no edital como regra para fins de habilitação.

Todos os atestados apresentados atendem na íntegra ao edital, na medida em que referem-se a serviços compatíveis com o objeto do edital, comprova a prestação de serviços de forma satisfatória, sendo os atestados referentes aos serviços prestados na âmbito da atividade econômica da MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO o qual foram expedidos em acordo com os contratos, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto os que foram firmados para ser executados em prazo inferior, portanto não há óbice alguma na aceitação dos mesmos.

A Administração, segundo dispõe o Art. 30 da Lei nº 8666/93, é facultada a solicitação de atestados de capacidade técnica, limitados à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, o que significa dizer que, limita a amplitude do que pode ser solicitado dos licitantes como quesito habilitatório, ou seja, a Administração pode exigir, como efetivamente o fez, o que atende de forma rigorosa a legalidade e contempla o princípio que impõe a Administração PRESERVAR A ISONOMIA E ESTIMULAR A MAIOR COMPETITIVIDADE POSSÍVEL SEGUNDO OS DITAMES DO ART. 3º DA LEI 8.666/93.

No mesmo sentido, o art. 30, § 5º da Lei 8.666/93, assim esclarece:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:  
(...)

§ 5º É VEDADA a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão COM LIMITAÇÕES DE TEMPO OU DE ÉPOCA ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, QUE INIBAM A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO." (grifei).

A Administração Pública, sob o manto da discricionariedade, visando ao atendimento de suas necessidades por bens e serviços, em face do regramento constitucional do art. 37/CF, limitará suas exigências, compatibilizando-as com o mínimo de segurança, e deverá evitar formalidades excessivas e desnecessárias quanto à qualificação técnica, de maneira que não se restrinja a liberdade de qualquer interessado em participar do certame.

Ademais, segundo o inciso I, § 1º do artigo 3º da Lei 8.666/93, que é vedado aos agentes públicos "admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes, ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato".

Frisamos que a exigência da qualificação técnica exposta no edital tem por finalidade assegurar a adequada execução do contrato e é requisito objetivo, logo, os atestados similares ao objeto da licitação retrata a necessidade atual e é pertinente e compatível ao objeto e foi atendido na íntegra pela Recorrida, e permitiu que uma maior gama de empresas participassem do pregão, aumentando a concorrência no certame, eis que essa é a finalidade de uma licitação pública.

Ainda assim, não é crível que o somatório de todos os atestados de capacidade técnicas que a VENCEDORA, empresa: MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO que, seus somatórios não atinjam pelo menos 50% do objeto licitado.

Nessa linha, sabe-se que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, como regra, os quantitativos mínimos exigidos não devem ultrapassar 50% do previsto no orçamento base se não vejamos:

Acórdão 2696/2019: Primeira Câmara, relator: Bruno Dantas

É irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.

Alguns órgãos públicos estavam (e ainda estão) exigindo que os Atestados de Capacidade Técnica, sejam de igual quantitativo ao Objeto licitado e às vezes com exigências superior a 100%, o que afronta a legislação vigente, em especial o Art. 30 da lei 8666/93.

Acórdão 2924/2019: Plenário, relator: Benjamim Zymler

É irregular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar (...)

Assim, verifica-se que a intenção da EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI tem nítido caráter protelatório com intuito de tumultuar o regular andamento do processo licitatório, com argumentos infundados, que se acatados, estaria deturpando a finalidade da lei de licitações, quando previu tal disposição.

Diante dos fatos apontados, pior, é requerer a alteração do resultado do certame por alegações sem nenhum fundamento legal deixando de contratar com a Recorrida que possui capacidade técnica conforme previsto no edital e na legislação vigente e apresentou a proposta mais vantajosa à Administração, por ser essa mais econômica e

indubitavelmente verossímil e que tenha atendido a todas as exigências do edital e da legislação em vigor.

### III.III – ATESTADOS EM DESCONFORMIDADE AO EDITAL

De maneira desleal, a alegação adotada pela empresa EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI, tenta induzir o i. Pregoeiro ao erro, alegando que foram apresentados pela MIDNAL INOVACAO E GESTAO Atestados de Capacidade Técnica em desconformidade com o edital.

Suas razões de inconformismo atacam os termos dos contratos firmados e não dos Atestados em si, que SÃO OS MEIOS LEGAIS E EDITALÍCIOS PREVISTOS COMO FORMA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA, de uma feita que os contratos não estão previstos no rol limitativo do art. 30 da lei nº 8.666/1993, senão vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

A apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração – a perfeita execução do objeto da licitação-, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar o objeto similar ao licitado.

A própria Constituição da república assevera no inciso XXI Art. 37, in fine, que somente serão permitidas as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Por todas estas ora contrarrazões, não resta dúvida que os agentes públicos deverão atuar ao examinar os atestados com esteio nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado.

Cumprе esclarecer que o argumento da empresa EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI é meramente falacioso e não deve prosperar, pois não impõe a necessidade de envio dos documentos CONCOMITANTEMENTE, trata-se de DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, portanto, que somente se revela exigível caso necessário corroborar a veracidade dos atestados.

É nessa linha a previsão do § 9º do art. 26 do Decreto n. 10.024/2019, cuja redação é a seguinte:

Art. 26. (...)

§ 9º Os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES à proposta e à habilitação, QUANDO NECESSÁRIOS À CONFIRMAÇÃO DAQUELES EXIGIDOS NO EDITAL E JÁ APRESENTADOS, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado APÓS O ENCERRAMENTO DO ENVIO DE LANCES, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38. (grifo nosso).

É a mesma inteligência do art. 38, § 2º, do mesmo diploma, verbis:

Art. 38. (...)

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, SE NECESSÁRIO, DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput. (grifo nosso).

Além disto, esses documentos NÃO ESTÃO LISTADOS dentre os que se demandam para comprovação de experiência prévia, conforme art. 30, § 1º, da Lei n. 8.666/93. Lembre-se, neste sendo, que a relação de documentos de habilitação dos artigos 27 a 31 da Lei n. 8.666/93 é TAXATIVA e NÃO CONTEMPLA a necessidade de remessa de contratos ou outros similares.

A jurisprudência do TCU é uniforme no sentido de que se revela ILEGAL a exigência de que os atestados de capacidade estejam acompanhados de cópia de contratos, notas fiscais ou outros documentos para certificação de sua veracidade. Veja-se precedentes:

É ilegal a exigência de que atestados de capacidade técnica estejam acompanhados de cópias de notas fiscais ou contratos que os lastreiem, uma vez que a relação de documentos de habilitação constante dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é taxativa.

(Acórdão 1224/2015-Plenário. Data da sessão: 20/05/2015. Relator: Ana Arraes).

É indevida a exigência de que atestados de qualificação técnica sejam acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais, visto não estarem estes últimos documentos entre os relacionados no rol exaustivo do art. 30 da Lei 8.666/1993. (Acórdão 944/2013-Plenário. Data da sessão: 17/04/2013. Data da sessão: 17/04/2013. Relator: Benjamin Zymler).

Logo, é de se concluir que a interpretação adotada pela empresa EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI está em descompasso com a legislação e jurisprudência do TCU.

Mas ainda que por comprovação se pudesse cogitar a necessidade da disponibilização dos contratos e notas fiscais, é cediço que essa poderia ser apresentada mediante abertura de DILIGÊNCIA (conforme art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/93), o que não se mostra necessário, já que tão bem descritos os serviços prestados, mostrou-se que foram elucidados todos os pontos presentes nos atestados apresentados pela licitante.

A propósito, o TCU entende ser adequada a diligência destinada a prestar esclarecimentos acerca do atestado de capacidade técnica. Veja-se:

É adequada a diligência efetuada para esclarecimento de atestado de capacidade técnica. (Acórdão 747/2011-Plenário. Data da sessão: 30/03/2011. Relator: André de Carvalho).

É possível ao órgão licitante, antes de proceder à desclassificação do competidor, realizar diligências quanto ao atestado de capacitação técnica apresentado.

(Acórdão 1899/2008-Plenário. Data da sessão: 03/09/2008. Relator: Ubiratan Aguiar).

Não há previsão legal, para fins de qualificação técnica, da apresentação de notas fiscais para comprovação dos atestados de capacidade técnica. Contudo, é faculdade da comissão de licitação ou do pregoeiro realizar diligências para verificar a fidedignidade dos documentos apresentados pela licitante. (Acórdão 1385/2016-Plenário. Data da sessão: 01/06/2016. Relator: José Mucio Monteiro).

O que se não pode admitir, em qualquer hipótese, é justamente a desclassificação imediata da MIDNAL INOVACAO E GESTAO, sobretudo quando os atestados de capacidade técnica não revelam qualquer vício de forma ou conteúdo, ainda assim, tudo foi esclarecido por meio de diligências em contato telefônico pela comissão de licitação junto ao representante desta empresa.

Vale ressaltar que a exclusão da MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO implicará prejuízo ao próprio erário, em manifesta violação ao princípio da seleção mais vantajosa para a administração, proibida administrava, dentre outros princípios insculpidos no Art 3º da Lei 8.666/93.

Portanto, a exigência e a demonstração de capacidade técnica por meio dos atestados têm o escopo de resguardar a Administração Pública de que a MIDNAL INOVACAO E GESTAO possui expertise e aptidão técnica. Nesta perspectiva, os atestados apresentados deverão ser sempre preconizando a teleologia para a consecução do interesse público.

### III.III – DOCUMENTAÇÃO BÁSICA CONSTANTE NO SICAF – COMPRASGOV.

Cumpra-se informar que contrato social, identidade do sócio da empresa dentre outros documentos básicos estão cadastrados no comprasgov e que não merece o referido desespero da EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIREL ser prolongado ao leitor destas contrarrazões.

Assim, tendo os fatos sido explicitados, passamos aos entendimentos doutrinários que explanam e demonstram a razoabilidade dos argumentos nestas aludidos.

### IV.- DOS PEDIDOS.

Em face das razões expostas, a Empresa vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 48/2022 – TRE - BA, MIDNAL SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA., requer deste Sr. Pregoeiro:

a) Por tudo quanto exposto, requer o IMPROVIMENTO in totum do Recurso Administrativo interposto pela Empresa EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI, para manter na íntegra a r. decisão que consagrou vencedora a Empresa MIDNAL INOVACAO E GESTAO nos princípios do menor preço, da razoabilidade e da melhor vantagem;

b) Julgar procedente as razões ora apresentadas, mantendo a declaração de habilitação ao PPREGÃO ELETRÔNICO N.º 48/2022 – TRE - BA , da MIDNAL INOVACAO E GESTAO, por satisfazer todos os requisitos previstos no Edital de Licitação e nas demais normas atinentes a administração pública.

c) Caso o r. Pregoeiro opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Termos em que, pede e espera Natural Deferimento.

---

MIDNAL SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.  
SANCLE LANDIM ALBUQUERQUE  
DIRETOR

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

AO

Ilmo.Pregoeiro,

Referente ao recurso o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022 – Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE BA

MIDNAL SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. (VENCEDORA), inscrita sob o CNPJ Nº 17.879.226/0001-07 , já qualificada nos autos do Processo licitatório em epígrafe, neste ato conduzida por seu legal representante infra-assinado, vem, respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Senhoria, dentro do prazo legal, apresentar as presentes.

#### CONTRARRAZÕES

ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela Empresa, MÓDULO SECURITY SOLUTIONS, pelos fatos e fundamentos a seguir:

#### I.- DA TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, cabe destacar que nos termos do inciso XVII do art.4º da Lei 10.520/2002, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias e em igual prazo os demais licitantes tem para apresentar suas contrarrazões.

#### II.- DOS FATOS.

A empresa MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO, credenciou-se no procedimento licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022 – Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE BA, o qual objetiva a Contratação de serviço de consultoria em segurança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para implantação de um Sistema de Gestão da Segurança da Informação e Privacidade (SGSI/SGPI) no TRE-BA, em conformidade com as normas ISO 27.001:2013 e 27.701:2019, na modalidade Pregão Eletrônico, por menor preço, e modo de disputa aberto e fechado, com demais particularidades especificadas naquele Edital.

Tal certame atendeu às Condições Gerais constantes naquele Edital, pelo critério de julgamento de menor preço do item, sob regime de empreitada, ou seja, a obtenção do somatório dos preços unitários do grupo que venha a ser mais vantajoso para esse Órgão.

Desta forma, após realizados os procedimentos de praxe, a MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO consagrou-se VENCEDORA por ordem de menor preço ofertado e por ter cumprido com as disposições do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022, nesse contexto, frise-se: foi declarada vencedora com o valor global de R\$ 99.199,99 (noventa e nove mil cento e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Contudo, a Empresa MÓDULO SECURITY SOLUTIONS , inconformada com a legítima vitória da MIDNAL INOVACAO E GESTAO, interpôs Recurso Administrativo, ora contrarrazoado, alegando que foram descumpridos os requisitos do Edital de Licitação quanto a inexecutabilidade dos preços ofertados, qualificação técnica e aos atestados em desconformidade com o edital.

No entanto, adianta-se já aqui que a Recorrente não apresenta qualquer fundamento fático-jurídico apto a ensejar a reforma da acertada decisão, que se fundamentou, diga-se de passagem, no sofisticado parecer desta comissão e seus componentes.

Douto Julgador são infundadas as colocações da empresa MÓDULO SECURITY SOLUTIONS, em razão dos motivos expostos a seguir, para ao final requerer.

#### III.- DAS RAZÕES DA MANUTENÇÃO DA DECISÃO DO SR. PREGOEIRO.

##### III.I – DA SUPOSTA AFRONTA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS ATESTADOS E PROFISSIONAIS

Nota-se, infelizmente, que a Recorrente MÓDULO SECURITY SOLUTIONS, de forma maliciosa e inconformada com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, tentando induzir a erro o i.Pregoeiro, afirma exigências que não estão previstas no edital como regra para fins de habilitação.

No tocante aos profissionais não existe hoje no mercado empresa mais preparada que a MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO.

Com a suposta falência da empresa MÓDULO SECURITY SOLUTIONS a MIDNAL INOVACAO E GESTAO, hoje detém em seus patrimônio intelectual, 02 profissionais que somados detêm mais de ½ bilhão em certificações profissionais voltados para a área de TI, que em diligência da comissão de licitação, apesar dos arquivos extremamente pesados para o UP Load, recebeu as devidas certificações por e-mail, e, mesmo que o capricho da MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO passe por despercebido pela recorrente, nota-se que a leitura dos atestados também não foram feitos corretamente, pois até fotos destes profissionais existe nos documentos, isto exposto, cumpri-se falar que todos os TALENTOS da MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO são incríveis e vão além do que foi mostrado.

Ainda assim, todos os atestados apresentados atendem na íntegra ao edital, na medida em que referem-se a serviços compatíveis com o objeto do edital, comprova a prestação de serviços de forma satisfatória, sendo os

atestados referentes aos serviços prestados na âmbito da atividade econômica da MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO o qual foram expedidos em acordo com os contratos, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto os que foram firmados para ser executados em prazo inferior, portanto não há óbice alguma na aceitação dos mesmos.

A Administração, segundo dispõe o Art. 30 da Lei nº 8666/93, é facultada a solicitação de atestados de capacidade técnica, limitados à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, o que significa dizer que, limita a amplitude do que pode ser solicitado dos licitantes como quesito habilitatório, ou seja, a Administração pode exigir, como efetivamente o fez, o que atende de forma rigorosa a legalidade e contempla o princípio que impõe a Administração PRESERVAR A ISONOMIA E ESTIMULAR A MAIOR COMPETITIVIDADE POSSÍVEL SEGUNDO OS DITAMES DO ART. 3º DA LEI 8.666/93.

No mesmo sentido, o art. 30, § 5º da Lei 8.666/93, assim esclarece:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:  
(...)

§ 5º É VEDADA a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão COM LIMITAÇÕES DE TEMPO OU DE ÉPOCA ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, QUE INIBAM A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO." (grifei).

A Administração Pública, sob o manto da discricionariedade, visando ao atendimento de suas necessidades por bens e serviços, em face do regramento constitucional do art. 37/CF, limitará suas exigências, compatibilizando-as com o mínimo de segurança, e deverá evitar formalidades excessivas e desnecessárias quanto à qualificação técnica, de maneira que não se restrinja a liberdade de qualquer interessado em participar do certame.

Ademais, segundo o inciso I, § 1º do artigo 3º da Lei 8.666/93, que é vedado aos agentes públicos "admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes, ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato".

Frisamos que a exigência da qualificação técnica exposta no edital tem por finalidade assegurar a adequada execução do contrato e é requisito objetivo, logo, os atestados similares ao objeto da licitação retrata a necessidade atual e é pertinente e compatível ao objeto e foi atendido na íntegra pela Recorrida, e permitiu que uma maior gama de empresas participassem do pregão, aumentando a concorrência no certame, eis que essa é a finalidade de uma licitação pública.

Ainda assim, não é crível que o somatório de todos os atestados de capacidade técnicas que a VENCEDORA, empresa: MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO que, seus somatórios não atinjam pelo menos 50% do objeto licitado.

Nessa linha, sabe-se que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, como regra, os quantitativos mínimos exigidos não devem ultrapassar 50% do previsto no orçamento base se não vejamos:

Acórdão 2696/2019: Primeira Câmara, relator: Bruno Dantas

É irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.

Alguns órgãos públicos estavam (e ainda estão) exigindo que os Atestados de Capacidade Técnica, sejam de igual quantitativo ao Objeto licitado e às vezes com exigências superior a 100%, o que afronta a legislação vigente, em especial o Art. 30 da lei 8666/93.

Acórdão 2924/2019: Plenário, relator: Benjamim Zymler

É irregular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar (...)

Assim, verifica-se que a intenção da MÓDULO SECURITY SOLUTIONS tem nítido caráter protelatório com intuito de tumultuar o regular andamento do processo licitatório, com argumentos infundados, que se acatados, estaria deturpando a finalidade da lei de licitações, quando previu tal disposição.

Diante dos fatos apontados, pior, é requerer a alteração do resultado do certame por alegações sem nenhum fundamento legal deixando de contratar com a Recorrida que possui capacidade técnica conforme previsto no edital e na legislação vigente e apresentou a proposta mais vantajosa à Administração, por ser essa mais econômica e indubitavelmente verossímil e que tenha atendido a todas as exigências do edital e da legislação em vigor.

### III.II – ATESTADOS EM DESCONFORMIDADE AO EDITAL

De maneira desleal, a alegação adotada pela empresa MÓDULO SECURITY SOLUTIONS, tenta induzir o i. Pregoeiro ao erro, alegando que foram apresentados pela MIDNAL INOVACAO E GESTAO Atestados de Capacidade Técnica em desconformidade com o edital.

Suas razões de inconformismo atacam os termos dos contratos firmados e não dos Atestados em si, que SÃO OS MEIOS LEGAIS E EDITALÍCIOS PREVISTOS COMO FORMA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA, de uma feita que os contratos não estão previstos no rol limitativo do art. 30 da lei nº 8.666/1993, senão vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

A apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração – a perfeita execução do objeto da licitação-, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar o objeto similar ao licitado.

A própria Constituição da república assevera no inciso XXI Art. 37, in fine, que somente serão permitidas as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Por todas estas ora contrarrazões, não resta dúvida que os agentes públicos deverão atuar ao examinar os atestados com esteio nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado.

Cumprir esclarecer que o argumento da empresa MÓDULO SECURITY SOLUTIONS I é meramente falacioso e não deve prosperar, pois não impõe a necessidade de envio dos documentos CONCOMITANTEMENTE, trata-se de DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, portanto, que somente se revela exigível caso necessário corroborar a veracidade dos atestados.

É nessa linha a previsão do § 9º do art. 26 do Decreto n. 10.024/2019, cuja redação é a seguinte:

Art. 26. (...)

§ 9º Os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES à proposta e à habilitação, QUANDO NECESSÁRIOS À CONFIRMAÇÃO DAQUELES EXIGIDOS NO EDITAL E JÁ APRESENTADOS, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado APÓS O ENCERRAMENTO DO ENVIO DE LANCES, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38. (grifo nosso).

É a mesma inteligência do art. 38, § 2º, do mesmo diploma, verbis:

Art. 38. (...)

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, SE NECESSÁRIO, DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput. (grifo nosso).

Além disto, esses documentos NÃO ESTÃO LISTADOS dentre os que se demandam para comprovação de experiência prévia, conforme art. 30, § 1º, da Lei n. 8.666/93. Lembre-se, neste sendo, que a relação de documentos de habilitação dos artigos 27 a 31 da Lei n. 8.666/93 é TAXATIVA e NÃO CONTEMPLA a necessidade de remessa de contratos ou outros similares.

A jurisprudência do TCU é uniforme no sentido de que se revela ILEGAL a exigência de que os atestados de capacidade estejam acompanhados de cópia de contratos, notas fiscais ou outros documentos para certificação de sua veracidade. Veja-se precedentes:

É ilegal a exigência de que atestados de capacidade técnica estejam acompanhados de cópias de notas fiscais ou contratos que os lastreiem, uma vez que a relação de documentos de habilitação constante dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é taxativa.

(Acórdão 1224/2015-Plenário. Data da sessão: 20/05/2015. Relator: Ana Arraes).

É indevida a exigência de que atestados de qualificação técnica sejam acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais, visto não estarem estes últimos documentos entre os relacionados no rol exaustivo do art. 30 da Lei 8.666/1993. (Acórdão 944/2013-Plenário. Data da sessão: 17/04/2013. Data da sessão: 17/04/2013. Relator: Benjamin Zymler).

Logo, é de se concluir que a interpretação adotada pela empresa MÓDULO SECURITY SOLUTIONS está em desconformidade com a legislação e jurisprudência do TCU.

Mas ainda que por comprovação se pudesse cogitar a necessidade da disponibilização dos contratos e notas fiscais, é cediço que essa poderia ser apresentada mediante abertura de DILIGÊNCIA (conforme art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/93), o que não se mostra necessário, já que tão bem descritos os serviços prestados, mostrou-se que foram elucidados todos os pontos presentes nos atestados apresentados pela licitante.

A propósito, o TCU entende ser adequada a diligência destinada a prestar esclarecimentos acerca do atestado de capacidade técnica. Veja-se:

É adequada a diligência efetuada para esclarecimento de atestado de capacidade técnica. (Acórdão 747/2011-Plenário. Data da sessão: 30/03/2011. Relator: André de Carvalho).

É possível ao órgão licitante, antes de proceder à desclassificação do competidor, realizar diligências quanto ao atestado de capacitação técnica apresentado.

(Acórdão 1899/2008-Plenário. Data da sessão: 03/09/2008. Relator: Ubiratan Aguiar).

Não há previsão legal, para fins de qualificação técnica, da apresentação de notas fiscais para comprovação dos atestados de capacidade técnica. Contudo, é faculdade da comissão de licitação ou do pregoeiro realizar diligências para verificar a fidedignidade dos documentos apresentados pela licitante. (Acórdão 1385/2016-Plenário. Data da sessão: 01/06/2016. Relator: José Mucio Monteiro).

O que se não pode admitir, em qualquer hipótese, é justamente a desclassificação imediata da MIDNAL INOVACAO E GESTAO, sobretudo quando os atestados de capacidade técnica não revelam qualquer vício de forma ou conteúdo, ainda assim, tudo foi esclarecido por meio de diligências em contato telefônico pela comissão de licitação junto ao representante desta empresa.



Vale ressaltar que a exclusão da MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO implicará prejuízo ao próprio erário, em manifesta violação ao princípio da seleção mais vantajosa para a administração, probidade administrativa, dentre outros princípios insculpidos no Art 3º da Lei 8.666/93.

Portanto, a exigência e a demonstração de capacidade técnica por meio dos atestados têm o escopo de resguardar a Administração Pública de que a MIDNAL INOVACAO E GESTAO possui expertise e aptidão técnica. Nesta perspectiva, os atestados apresentados deverão ser sempre preconizando a teleologia para a consecução do interesse público.

### III.III – DA SUPOSTA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA.

A MÓDULO SECURITY SOLUTIONS está inconformada com o resultado da sessão de lances e busca a desclassificação da proposta mais vantajosa para esta autoridade. Apresentou alegações absurdas, tentando induzir a erro o i.Pregoeiro, ensejando a inexecuibilidade da proposta comercial a declarada vencedora MIDNAL INOVACAO E GESTAO. Um julgamento demasiadamente formalista e desconsiderador dos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios, visando seu próprio interesse.

E mais, as razões do recurso, de modo confuso, alegam que os preços são insuficientes, por óbvio, que a interpretação adotada pela empresa MÓDULO SECURITY SOLUTIONS trará maiores despesas ao erário e até mesmo, com a possibilidade de se sagrar vencedora com proposta de prestação de serviços com valor superior àquele oferecido pela empresa MIDNAL INOVACAO E GESTAO, em clara e direta ofensa ao interesse mor do processo licitatório, que é a busca pela obtenção da maior vantagem para a Administração.

Com relação as alegações acima aduzidas, data venia, sugerimos a MÓDULO SECURITY SOLUTIONS que analise os seus custos, pois a MIDNAL INOVACAO E GESTAO está inteirada de suas obrigações, quanto aos serviços a serem fornecidos, e a serem prestados.

Frise-se que a MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO, já comprovou a exequibilidade da proposta comercial e os esclarecimentos complementares, conforme abaixo:

Cabe destacar, que logo obteve-se o sucesso com a exequibilidade da proposta, importa saber, evidentemente, que a Declarada vencedora MIDNAL INOVACAO E GESTAO, tem condições de manter a execução do contrato com os preços oferecidos.

Tem-se, pois que o serviço oferecido pela MIDNAL INOVACAO E GESTAO foram detalhados exatamente conforme pede o Edital que seja, em suas especificações e por fim sua aceitabilidade digo:

10.1. Encerrada etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação).

Note-se que a própria §3º do art. 44 da Lei 8.666/1993 prescreve que "Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero; incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração." (grifo nosso).

Conforme Marçal Justen Filho manifesta-se que:

"A desclassificação por inexecuibilidade apenas pode ser admitida como exceção, em hipóteses muito restritas. O núcleo da concepção ora adotada reside na impossibilidade de o Estado transformar-se em fiscal da lucratividade privada e na plena admissibilidade de propostas deficitárias". Ainda, ao apresentar argumentos contrários à desclassificação por inexecuibilidade, o autor descreve a distinção entre inexecuibilidade absoluta (subjética) e relativa (objetiva):

A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa é uma decisão empresarial privada. Não cabe à Administração a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada. Sob esse ângulo, chega a ser paradoxal a recusa da Administração em receber proposta excessivamente vantajosa (...).

Mais à frente, referindo-se à responsabilidade do particular pela proposta apresentada, o autor leciona que:

(...) Mais ainda, um particular plenamente capaz pode dispor de seus bens, inclusive para lançar-se em empreitadas econômicas duvidosas. Poderá assumir riscos, de que derivarão prejuízos. Não é cabível que o Estado assumia, ao longo da licitação, uma função similar à de curatela dos licitantes. Se um particular comprometer excessivamente seu patrimônio, deverá arcar como insucesso correspondente (...)

1 JUSTEN Filho, Marçal. Comentários sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª. ed., São Paulo: Dialética, 2008. p. 601/602.

Neste mesmo sentido, trazem-se à colação os seguintes precedentes jurisprudenciais:

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LICITAÇÃO. INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA. INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS. IMORALIDADE ADMINISTRATIVA. IMPROCEDÊNCIA 1. A aferição da exequibilidade de preço ofertado em licitação pública (Lei nº 8.666/93, art. 44, § 3º) deve ser avaliada à luz das circunstâncias concretas da contratação. Interpretação e aplicação restritiva que se impõem, em respeito à liberdade de iniciativa e de organização da atividade empresarial por parte do licitante. 2. A interpretação do art. 109, § 4º, da Lei de Licitações deve ser no sentido de validar a conduta da autoridade superior que, ao apreciar decisão de retratação de Comissão de Licitação, justificadamente entenda pela adjudicação do objeto do certame ao licitante que se sagrara vencedor, afastando a desclassificação decretada na origem. 3. Inocorrência de favorecimento de licitante, bem como ausente comprovação de prática de imoralidade administrativa. 4. Recurso a que se nega provimento

(TRF-2 - AC: 267727 RJ 2001.02.01.024106-1, Relator: Desembargador Federal LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator, Data de Julgamento: 17/09/2008, SÉTIMA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data:25/09/2008 - Página:271) (grifos nossos)

MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – SUPOSTA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA VITORIOSA – EXECUÇÃO INTEGRAL DO CONTRATO LICITADO. - Se a licitante vitoriosa cumpriu integralmente o contrato objeto de licitação, afasta-se logicamente a imputação de que sua proposta era inexecutável. (STJ - RMS: 11044 RJ 1999/0069163-6, Relator: Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Data de Julgamento: 13/03/2001, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 04/06/2001 p. 61 JBCC vol. 192 p. 134) (grifos nossos)

Sendo assim, não há qualquer fundamento para a desclassificação da Declarada Vencedora MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO, uma vez que os preços praticados na proposta ajustada são perfeitamente adequados e exequíveis, além de que foram diligenciados e aprovados, compatibilizando-se com os custos da prestação do serviço e o volume do objeto a ser contratado, conforme estimados no ato convocatório, e uma vez que não há critério que tenha sido estabelecido no edital deste pregão que fundamente o recurso da MÓDULO SECURITY SOLUTIONS.

É forçosa o despreparo do recorrente, ante todo o exposto, a rejeição do recurso de caráter meramente protelatório e conturbador, apresentado pela Recorrente MÓDULO SECURITY SOLUTIONS, que se demonstra mero artifício para frustrar o resultado legítimo do processo licitatório.

Ainda mais além, a Declarada Vencedora MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO executará com maestria o presente objeto da licitação e em conformidade com as especificações do edital, termo de referência, ou seja, executará da melhor forma o objeto que essa autoridade, solicitou no instrumento convocatório

Diante do exposto, a proposta da MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO deve ser mantida como legítima vencedora do Certame.

#### III.IV – DO QUE É INCABÍVEL.

A briga é dos irmãos, mas quem paga a conta, com indício de sobrepreço, é o Serpro - Capital Digital (<https://capitaldigital.com.br/a-briga-e-dos-irmaos-mas-quem-paga-a-conta-com-indicio-de-sobrepreco-e-o-serpro/>)

Blog esclarece postagem, em virtude de notificação extra-judicial encaminhada pela empresa Every TI - Capital Digital (<https://capitaldigital.com.br/blog-esclarece-postagem-em-virtude-de-notificacao-extra-judicial-encaminhada-pela-empresa-every-ti/>)

Modulo contesta informação do Blog em nota oficial - Capital Digital (<https://capitaldigital.com.br/modulo-contesta-informacao-do-blog-em-nota-oficial/>)

Assim, tendo os fatos sido explicitados, e os entendimentos doutrinários que explanam e demonstram a razoabilidade dos argumentos nestas aludidos sito apresentados assim pedimos:

#### IV.- DOS PEDIDOS.

Em face das razões expostas, a Empresa vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 48/2022 – TRE - BA, MIDNAL SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA., requer deste Sr. Pregoeiro:

a) Por tudo quanto exposto, requer o IMPROVIMENTO in totum do Recurso Administrativo interposto pela Empresa EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI, para manter na íntegra a r. decisão que consagrou vencedora a Empresa MIDNAL INOVACAO E GESTAO nos princípios do menor preço, da razoabilidade e da melhor vantagem;

b) Julgar procedente as razões ora apresentadas, mantendo a declaração de habilitação ao PPREGÃO ELETRÔNICO N.º 48/2022 – TRE - BA , da MIDNAL INOVACAO E GESTAO, por satisfazer todos os requisitos previstos no Edital de Licitação e nas demais normas atinentes a administração pública.

c) Caso o r. Pregoeiro opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Termos em que, pede e espera Natural Deferimento.

---

MIDNAL SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.  
SANCLE LANDIM ALBUQUERQUE  
DIRETOR

**Fechar**